

## TOPÓNIMOS ESTRANGEIROS.

Prof. Dr. JOSÉ DE SÁ NUNES.

Membro e técnico da Comissão Académica Brasileira na Conferência Interacadémica de Lisboa e assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia.

O problema da grafia nacionalizada dos nomes geográficos estrangeiros é tão antigo como a própria língua portuguesa. O Prof. SAID ALI já mostrou como os escritores do século XV aportuguesavam esses nomes. Em 1820 o "Instituto de França", conforme depoimento do Prof. F. A. RAJA GABAGLIA,<sup>1</sup> instituiu o Prémio Volney, destinado a distinguir o melhor método de transcrição, sem que, até 1897, surgisse nenhum disputante; só no ano seguinte (1898), CRISTIANO GARNIER apareceu naquele país como autor do "Método de Transcrição Racional e Geral". Antes de GARNIER, em 1852, o egiptólogo germânico LEPSIUS exibiu o Método Fonético, logo posto à margem como "incompleto e complicado", para usar aqui expressão do citado Prof. RAJA GABAGLIA, que também conclui pelo inaproveitamento não só desses, como de todos os sistemas propostos e, ainda, dos trabalhos, contribuições e providências posteriores de instituições científicas, inclusive as decorrentes das actividades do "Permanent Committee of Geographical Names", órgão especializado dos Estados Unidos da América do Norte.

No que se refere à grafia dos nomes geográficos exóticos na língua portuguesa, é de notar entre outras a contribuição trazida por GONÇALVES VIANA, que agitou o problema na "Sociedade de Geografia de Lisboa", onde expôs as bases de transcrição conforme as regras de que se serviu na sua "Ortografia Nacional". CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, FORTUNATO DE ALMEIDA e outros especialistas lusos versaram com proficiência o assunto, mas os seus trabalhos ficaram apenas como contribuição, pois não lograram consagração oficial.

Para situar o problema no Brasil, teremos que nos reportar ao ano de 1926, quando se realizou a primeira providência de vulto, visando à sua resolução, pois foi a 6 de Março daquele ano que se efectuou nesta cidade a Assembléia Geral Extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante a qual o Prof. OTELO DE SOUSA REIS apresentou uma indicação, propondo fosse levada a efeito uma Conferência<sup>2</sup> para resolver os seguintes problemas: 1) Estudo da prosódia dos nomes geográficos nacionais e estrangeiros; 2) organização de um catálogo dos nomes geográficos do Brasil; 3) definição de alguns termos relativos à geografia física nacional; 4) estudo da etimologia dos nomes geográficos de origem indígena. Logrando aprovação essa proposta, em 18 de Julho daquele ano se reuniu nesta capital a Conferência sugerida.

Os trabalhos desse certame, que passou à história com a denominação de Conferência de Geografia, estenderam-se por cinco sessões, terminando a 25 de Setembro daquele ano.

Quanto ao problema da grafia dos nomes geográficos estrangeiros, a Conferência adoptou as seguintes normas:

1.º — Que os nomes geográficos estrangeiros sejam grafados de acordo com a forma que lhes é dada no país de origem em caracteres latinos, predominando nos países dependentes a forma usada na língua do país influente, de acordo com o que já é observado no Dictionnaire des Bureaux de Poste e no Índice Alfabético do Atlas de STIELER.

2.º — Que os nomes geográficos estrangeiros que já adquiriram forma vernácula, por tradição ou corruptela, em uso constante desde remotas épocas até os tempos hodiernos, continuem a ser grafados

N.R. — Na ortografia adoptada pela Conferência Interacadémica de Lisboa.

<sup>1</sup> Parecer elaborado por solicitação do Directório Central do Conselho Nacional de Geografia e por este aprovado e publicado nesta Revista, n.º 4, ano II, Outubro-Dezembro de 1940.

<sup>2</sup> O Professor MAX FLEIUSS publicou, a propósito dessa Conferência, substancioso trabalho, que pode ser lido em o n.º 4 desta Revista, ano IV, Outubro-Dezembro de 1942.

na forma portuguesa, convindo, porém, que nos compêndios e dicionários sejam igualmente indicadas as formas próprias ou originais, as quais devem ser escritas entre parênteses. Exemplos: Inglaterra (England), França (France), Londres (London), etc.

3.º — Que se escreva Espanha e não Hespanha, mas que se continue a escrever, na forma do item 2.º, Equador e não Ecuador, indicada a segunda forma (Ecuador) entre parênteses nos compêndios e dicionários.

4.º — Que os nomes de acidentes geográficos comuns ao Brasil e aos demais países sul-americanos sejam grafados de acôrdo com as regras atinentes aos nomes nacionais. Exemplos: rio Paraguai, rio Uruguai, rio Javari.

5.º — Que se traduzam os nomes de acidentes ou regiões com qualificativos ou determinativos de posição no tempo ou no espaço, perfeitamente traduzíveis, convindo, porém, que sejam indicadas as formas próprias ou originais, as quais serão grafadas entre parênteses nos compêndios e dicionários. Exemplos: Nova York (New York), União Sul-Africana (Union of South Africa) África Equatorial Francesa (Afrique Equatoriale Française), Nova Gales do Sul (New South Wales), etc. Observe-se, entretanto, para que não pareça haver contradição entre este item e o 1.º, que se devem traduzir apenas as expressões em que tais qualificativos ou designativos não se achem já incorporados ao nome principal.

Assim, não será justificada a tradução de New, South e North em Newcastle, Southampton, Newhaven, Northampton, etc.

6.º — No que concerne aos nomes grafados com letras e outros sinais não usados na língua portuguesa, que se adopte a transcrição fonética das mesmas letras e sinais, observando-se particularmente o seguinte:

- a) manutenção das vogais tremadas;
- b) substituição do o cortado dos Dinamarqueses por ö (o tremado), como já se usa em alemão;
- c) substituição do n acentuado e do l cortado dos Polónios e do s cedilhado dos Romanos, respectivamente, por n, l e s simples;
- d) substituição da letra c com sinal súpero dos Tchecos pelo grupo ts;
- e) substituição do a com sinais súperos dos Finlandeses e dos Romanos, não usados nas outras línguas ocidentais, por a simples;
- f) substituição do ñ (n com til) dos Espanhóis por nh;
- g) quando houver hesitação entre várias transcrições fonéticas apresentadas pelos diversos atlas, a preferência pela do Atlas de STIELER, feitas as necessárias alterações para o nosso idioma. Na adaptação da inscrição do alemão para o nosso idioma, devem ser substituídos o grupo sch por ch e o j por y. Exemplos: Changai, Taiyuen, etc.

7.º — Que sejam preferidas as formas Sérvia e Sérvio, Polónia e Polónio, România (acentuação na sílaba ma) e Romeno, Ucraina e Ucraino, já muito generalizadas.

8.º — Que se pronunciem os nomes estrangeiros procurando imitar, tanto quanto possível, a pronúncia dos naturais do país, e que seja indicada nos compêndios e dicionários a pronúncia correcta por meio de um sistema de fácil compreensão, dada preferência ao da Associação Fonética Internacional.

9.º — Para que possam observar com segurança os conselhos acima indicados, quer quanto à grafia, quer quanto à pronúncia, a Conferência acha necessária a organização de um vocabulário dos principais nomes estrangeiros, tomando-se por bases principais o Dictionnaire des Bureaux de Poste e o Índice do Atlas de STIELER.

Nesse vocabulário deverá ser indicado:

- a) o nome do lugar ou acidente geográfico, grafado de acordo com os conselhos anteriores;

- b) a pronúncia figurada, de acordo com a adoptada no país de origem, indicada pela chave da Associação Fonética Internacional;
- c) uma letra ou sinal próprio, convencional, para cada caso que designe a espécie de acidente e a categoria da localidade, seguida dos nomes do país, estado ou província, distrito ou município respectivo."

Tais normas, de modo geral, tiveram consagração na Conferência Interacadémica de 1945, levada a efeito na cidade de Lisboa, na conformidade do decreto-lei de 5 de Dezembro de 1945, do Governo do Brasil, para unificar a ortografia dos dois países. Havendo integrado a Comissão brasileira que tomou parte na Conferência Interacadémica o nosso assistente técnico Prof. Dr. JOSÉ DE SÁ NUNES, este emvidou esforços para que fossem tomadas em consideração as normas que não colidiam com os princípios consagrados naquela reunião, e os seus esforços foram coroados de pleno êxito, como o certificam a base LI e o parágrafo 39 das "Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", aprovadas pela referida Conferência.

Terminados os trabalhos do certame internacional de 1945, aprouve ao filólogo português VASCO BOTELHO DE AMARAL endereçar cartas-abertas ao Prof. Dr. SÁ NUNES, nas quais, visando à pessoa do técnico e membro da Comissão lusitana Prof. Dr. REBELO GONÇALVES, criticou a aludida base LI, revelando-se um tanto ou quanto contrário ao que ficou estabelecido em relação à grafia dos nomes geográficos estrangeiros. Revidando à crítica do filólogo ultramarino, o nosso filólogo e assistente técnico escreveu uma série de artigos no jornal carioca "Brasil-Portugal", nas suas edições domingueiras de 20-X-46 a 20-VII-47, donde extraímos, com a devida autorização, o capítulo referente ao assunto que nos interessa e que em seguida republicamos.

— 0 —

"Reza a base LI: "Recomenda-se que os topónimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas em português, ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente."

A isso, o Dr. VASCO BOTELHO DE AMARAL: "Em devido lugar alfabético, citamos termos geográficos erroneamente escritos, os quais infelizmente se vão multiplicando em formas de todo inadmissíveis." (*Estudos Críticos*, p. 139.) Em seguida, emenda várias grafias de topónimos que, no seu entender, não são correctas. Vejamo-las.

"Notem-se estas emendas, afora tantíssimas outras: *Antuérpia* (e não *Antwerpen* ou *Anvers*), *Argélia* (*Algéria*), *Arrochela* (*La Rochelle*), *Basileia* (*Bâle*), *Brasil* (*Brazil*), *Camarões* (*Cameroun*), *Cantuária* (*Canterbury*), *Coblença* (*Coblentz*), *Colónia* (*Köln*), *Dresda* (*Dresde*), *Granobra* (*Grenoble*), *Istambul* (*Stambul* e *Estambul*), *Liorne* (*Livorno*), o *Lis* (*La Lys*), *Louvain* (*Louvain*), *Manchúria* (*Mandchúria*), *Mogúncia* (*Mayence*), *Mompilher*, *Mompelher* (*Montpellier*), *Nuremberga* (*Nuremberg*), *Oxónia* (*Oxford*), *Plescóvia* (*Pleskov*), *Rur* (*La Ruhr*), *Salisburgo* (*Salzburg*), *Samatra* (*Sumatra*), *Saxónia* (*Saxe*), *Sorbona* (*Sorbonne*), *Suíça* (*Suisse*), *Tolosa* (*Toulouse*), *Versalhes* (*Versailles*). As grafias entre parêntese ou são estranhas ou deformadas. Não devem usar-se." (*Ibidem.*)

Muito hei-de escrever a respeito dos topónimos nacionais, aportuguesados e estrangeiros. Num grosso volume talvez não caiba tudo o que, relativamente a este ponto, tenho anotado em meus canhenhos. Alguma coisa, porém, cumpre expor, agora, a propósito da nota supratranscrita.

Ninguém no Brasil reivindicou mais que MÁRIO BARRETO o direito de usarmos os topónimos estrangeiros à maneira dos antigos escritores. Por amostra, vou transcrever alguns tópicos de obras suas.

"Um testemunho de cultura fanfarrona é o costume de escrever vocábulos estranhos conforme à ortografia da língua donde procedem, ou à maneira francesa: *Bâle*, *Aix-la-Chapelle*, *Mayence*, *Gênes*, *Genève*, *Bordeaux*. Falemos português, e digamos *Basileia*, como cumpre. Quem quer que conheça o seu próprio idioma, dirá *Aquisgrano* (cidade dos estados prussianos). Tratando-se de uma cidade alemã, e por ser tal, figura-se-nos duas vezes impróprio que lhe chamemos *Mayence* à francesa. Traduzamos em português, e digamos *Mogúncia*. Outros barbarismos são *Gênes*, *Genève* e *Bordeaux*, por *Génova*, *Genebra* e *Bordéus*, respectivamente. Citemos ainda os seguintes nomes exóticos: *Montes Ourals* por *Úrales*; *Cannes* por *Canas*; *Boulogne* por *Bolonha*; *Champagne* por *Champanha*; *Bourgogne* por *Borgonha*; *Marseille* por *Marselha*; *Tuileries* por *Tulherias*; *Rhône* em vez de *Ródano*; *Rouen* em vez de *Ruão*; *Limousin* por

*Lemosim; Bayonne por Baiona; Vosges por Vosgos; Anvers por Antuérpia; Escaut por Escalda; Avignon por Avinhão; Toulouse por Tolosa; Versailles por Versalhes; Louvain por Lovaina; Montpellier por Mompilher; Garonne por Garona; Meuse por Mosa; Gottingen por Gotinga; New-York por Nova-York; Strasbourg por Estrasburgo, desinência constante para quantos acabam em bourg; etc.*" (*Factos da Língua Portuguesa*, ed. de 1916, p. 252-3.)

"*Alger, Algéria e algeriano*. Barbarismos por desgraça comuníssimos nas obras modernas de geografia cujos autores costumam inspirar-se em livros franceses ou em obras inglesas ou alemãs traduzidas em francês, são *Râ'e* por *Basileia*, *Mayence* por *Mogúncia*, *Escaut* por *Escalda*, *Stockholm* por *Estocolmo*, *Leipsick* por *Lipsia*, *Alger*, *Algéria* por *Argel*, *Argélia*, etc. Tais estrangeirismos geográficos e muitos outros com que os estudantes viciam a sua linguagem porque os encontram em livros de textos escritos em francês ou vertidos em péssima linguagem portuguesa, têm sido corrigidos pelo esforçado CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, apóstolo prático do bom falar." (*Novos Estudos da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 508.)

"Assim é que dizemos *Bordéus, Londres, Florença, Avinhão, Versalhes, Mompilher, Lovaina, Tolosa, Tulherias, Antuérpia*, etc., em vez de *Bordeaux, London, Firenze, Avignon, Versailles, Toulouse, Montpellier, Louvain, Tuilleries, Antwerp*, forma flamenga. (GIL VICENTE e DAMIÃO DE GÓIS empregaram *Anvers*, da forma francesa *Anvers*.) Hoje alguns cavalheiros fazem as coisas às avessas, contra a natural corrente, e falam a troixe-moixe de *Bâle, Marseille, Aix-la-Chapelle, Mayence*, olvidando que em português se diz *Basileia, Marselha, Aquisgrano, Mogúncia*." (*Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 36, nota.)

Alguns desses topónimos não são usados, absolutamente, no Brasil: *Aquisgrano (Aix-la-Chapelle)*, *Canas (Cannes)*, *Gotinga (Gottingen)*, *Lemosim (Limousin)*, por exemplo, são nomes desconhecidos até por estudantes de Geografia; e "Nova-York" é hibridismo gráfico detestável, que se repele com razão: ou se emprega a forma inglesa "New York", ou a aportuguesada Nova Iorque, felizmente já muito em voga. Admira que MÁRIO BARRETO, — dos mais ardorosos simplificacionistas do Brasil e adepto incondicional da doutrina de GONÇALVES VIANA —, postergasse o exemplo do mestre na escrita desse topónimo. Não só na *Ortografia Nacional* (p. 84), senão também no *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico* (p. 576), escreve o exímio romanista "Nova-Iorque", e "noviorquino" é a forma que ele usa em todas as edições do seu *Vocabulário*. Esta é a grafia consignada no *Pequeno Vocabulário Ortográfico*. Melhor, porém, e preferível é a forma "nova-iorquino". Vejo com satisfação que XAVIER FERNANDES, nos *Topónimos e Gentílicos* (I, 62 e 70), aponta como "formas estrangeiras ou mal aportuguesadas" as grafias "York" e "New York".

A base LI manda substituir "Anvers" por *Antuérpia*, "Berne" por *Berna*, "Canterbury" por *Cantuária*, "Cherbourg" por *Cherburgo*, "Garonne" por *Garona*, "Helsinki" por *Helsinguia*, "Jutland" por *Jutlândia*, "Louvain" por *Lovaina*, "Mainz" por *Mogúncia*, "Montpellier" por *Mompilher*, "München" por *Munique*, "Zürich" por *Zurique* e, num "etc.", determina tacitamente que os demais topónimos da mesma espécie sejam escritos, por analogia, de acordo com esses. Mas é necessário ter em mira, acima de tudo, o que ficou assente na Conferência de Geografia que se realizou na Capital Federal em 1926 (de 10 de julho a 26 de Setembro) e que foi adoptado pela Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia pela resolução n.º 98, de 25 de Julho de 1941, RESSALVADO, PORÉM, O QUE SE ESTABELECEU, EM 1945, NA CONFERÊNCIA INTERACADÉMICA DE LISBOA.

Quanto aos topónimos brasileiros, o Conselho Nacional de Geografia já organizou um "Prontuário Alfabético das Cidades e Vilas" onde se encontram quase todos eles escritos na ortografia simplificada, e por esse organizei uma lista para figurar no *Dicionário Geográfico Brasileiro* e no *Vocabulário Onomástico*. E no que toca aos topónimos portugueses, a grande maioria deles já foi estudada por LEITE DE VASCONCELOS (*Antroponímia Portuguesa e Lições de Filologia*), CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (*Apenso Geográfico*, 2.º volume do *Novo Dicionário*, e em quase todos os seus livros de vulgarização da nossa língua), GONÇALVES VIANA (*Ortografia Nacional, Vocabulário Ortográfico, Parecer* apresentado à assembleia geral da Sociedade de Geografia de Lisboa em 16 de Janeiro de 1899, etc.), I. XAVIER FERNANDES (*Topónimos e Gentílicos*, dois volumes), ANTÔNIO DA COSTA LEÃO (*Prontuário de Ortografia*, 11.<sup>a</sup> edição), VASCO BOTELHO DE AMARAL (*Novo Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa, A Bem da Língua Portuguesa*, etc.), REBELO GONÇALVES (*Vocabulário Onomástico*, que é a 2.<sup>a</sup> parte do *Vocabulário Ortográfico* de 1940), FORTUNATO DE ALMEIDA (*Nomenclatura Geográfica*), etc.

A Conferência Interacadêmica de Lisboa aprovou as "Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" (Conclusões Complementares do Acordo de 1931, parte I, art. 2.º), as quais estabelecem o seguinte (norma 39): "Os topónimos de línguas estrangeiras devem ser substituídos por formas vernáculas equivalentes, sempre que estas sejam antigas na Língua ou entrem no uso corrente; quando, porém, não há tais formas, transcrevem-se de acordo com as normas estatuidas pela Conferência de Geografia de 1926, contanto que não contrariem os princípios estabelecidos pela Conferência Interacadêmica de Lisboa e consubstanciados nestas instruções." Consequentemente, a ninguém é lícito afastar-se desses princípios, sejam quais forem as alegações em contrário.

No *Relatório* apresentado à Conferência de Lisboa e por ela aprovado em 10 de Agosto de 1945, fixou-se a "substituição de topónimos de línguas estrangeiras por formas vernáculas equivalentes, sempre que estas sejam antigas na Língua ou entrem no uso corrente"; e na base LI, como já se disse, "recomenda-se que os topónimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas em português, ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente".

Vejamos o que determinou a Conferência de Geografia de 1926 em relação aos topónimos estrangeiros, e que, como ficou dito, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia adoptou integralmente pela resolução n.º 98, de 25 de Julho de 1941:

1.º — "Os nomes geográficos estrangeiros serão grafados de acordo com a forma que lhes é dada no país de origem, em caracteres latinos, predominando nos países dependentes a forma usada na língua do país influente, de acordo com o que já é observado no *Dictionnaire des Bureaux de Poste* e no índice alfabético do *Atlas de STIELER*."

2.º — "Os nomes geográficos estrangeiros que já adquiriram forma vernácula, por tradução ou corruptela, em uso constante, desde remotas épocas até os tempos hodiernos, continuarão a ser grafados na forma portuguesa, convindo, porém, que nos compêndios e dicionários sejam igualmente indicadas as formas próprias ou originais, as quais devem ser escritas entre parênteses. Exemplos: *Inglaterra (England)*, *França (France)*, *Londres (London)*, etc."

3.º — "Os nomes geográficos estrangeiros grafados com letras e sinais não usados na língua portuguesa serão transcritos de acordo com a pronúncia, observando-se particularmente o que se segue: a) a manutenção das vogais tremadas; b) a substituição do o cortado dos Dinamarqueses por ö (o tremado), como já se usa no alemão; c) a substituição do n acentuado e do l cedilhado dos Polónios e do s cedilhado dos Romanos, respectivamente, por n, l e s simples; d) a substituição da letra c com sinal súpero, dos Tchecos, pelo grupo *tch*, e do l cedilhado dos Romanos pelo grupo *ts*; e) a substituição do a com sinais súperos, dos Finlandeses, dos Suecos e dos Romanos, não usados nas outras línguas ocidentais, pela a simples; f) a substituição do ñ dos Espanhóis por *nh*; g) quando houver hesitação entre várias transcrições fonéticas apresentadas pelos diversos atlas, a preferência será pela dos atlas em língua alemã, particularmente pelo de STIELER, feitas as necessárias alterações para o nosso idioma."

4.º — "Na adaptação da transcrição do alemão para o nosso idioma, devem ser substituídos o grupo *sch* por *ch* e o *j* por *y*. Exemplos: *Changai*, *Tai-Yuen*, etc."

Esse quarto preceito está em desacordo com princípios abraçados pela Conferência Interacadêmica de Lisboa, pois o "ch" alemão será transcrito, em topónimos de origem alemã, por "x", conforme o quadro das letras romanas e suas modificações feito por GONÇALVES VIANA em sua *Ortografia Nacional* (p. 282); e o "j" alemão, em topónimos que podem ser transcritos, não passará para "y", que se aboliu do alfabeto português, mas pelo "i". Por isso, aqueles nomes devem ser grafados "Xangai" e "Tai-Iuen". Isso foi aprovado pelos decretos-leis n.º 5.186, de 13 de Janeiro de 1943, e n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945.

Nem todos os topónimos estrangeiros, porém, estão sujeitos a modificações, e a própria Conferência de Geografia estabeleceu, como se declarou acima, que os nomes geográficos alienígenas que não têm tradução nem feição portuguesa, deverão ser grafados com a forma que lhes é dada no país de origem, mas em caracteres latinos, de acordo com o que se observa no *Dictionnaire des Bureaux de Poste* e no índice alfabético do *Atlas* de STIELER. Interpretando as disposições da Conferência de Geografia de 1926, combinadas com os preceitos da Conferência Interacadêmica de 1945, julgo ser fiel aos seus princípios, deduzindo as seguintes ilações:

I. Os topónimos peregrinos que se escrevem com letras romanas ou góticas, não tendo forma portuguesa consagrada nem se podendo aporuguesar por analogia com outros nomes parecidos, devem ser escritos de conformidade com a ortografia originária, indicando-se, entre parênteses, a sua pronúncia aproximada. Consequentemente, não é lícito grafar da seguinte forma os nomes que passo a transcrever, extraídos do *Vocabulário Onomástico* supramencionado, os quais terão a grafia que se acha entre parênteses: Afeganistão (*Afganistã*), Angolema (*Angoulême*), Arécio ou Arrécio (*Arezzo*), Bela Ilha (*Belle-Ile* ou *Belle-Isle*), Besanção ou Vesonção (*Besançon*), Biarritz (*Biarritz*), Bolonha do Mar (*Boulogne-sur-Mer*), Borbão ou Borbom (*Bourbon*), Brindes (*Brindisi*), Brixelo (*Brescello*), Brixia (*Brescia*), Cáleri ou Cálher (*Cagliari*), Cambraia (*Cambrai*), Cância (*Kent*), Cansas (*Kansas*), Canúcio (*Canosa*), Carântono (*Charente*), Cartuxa (*Chartreuse*), Céstria (*Chester*), Chade (*Tchad*), Coblença (*Koblentz*), Compienha (*Compiègne*), Conca (*Cuenca*), Convêntria (*Coventry*), Danzigue (*Dantzic*), Darmestádio (*Darmstadt*), Delfinado (*Dauphiné*), Dessávia (*Dessau*), Diepa (*Dieppe*), Draguinhão (*Draguignan*), Droma (*Drôme*), Druença (*Durance*), Duaco (*Douai*), Dusseldórfia (*Düsseldorf*), Escagerraque (*Skagerrak* ou *Skager-Rak*), Eslésvico (*Schleswig*), Eslinga (*Essling*), Espira (*Speier*), Espreia (*Spree*), Estuarda (*Stuttgart*), Ferrária (*Ferrara*), Filipevila (*Philippeville*), Flissinga (*Vlissingen*), Gante (*Gand*), Gerunda (*Gerona*), Glásgua (*Glasgow*), Goleta (*Goulette*), Gomeira (*Gomera*), Granobra ou Grenobla (*Grenoble*), Granvila (*Granville*), Gravelinas (*Gravelines*), Gravesenda (*Gravesend*), Groninga (*Groningen*), Guarmeí (*Huarmey*), Guasco (*Huasco*), Guéldria (*Gelderland*), Hala (*Halle*), Harlemo (*Haarlem*), Helsenor (*Helsingör*), Hendaia (*Hendaye*), Hercínia (*Erzgebirge*), Hidrunto (*Otranto*), Holsácia (*Holstein*), Hurão (*Huron*), Ilinóis (*Illinois*), Ingolstádio (*Ingolstadt*), Ionecopinga (*Iönköping*), Ipres (*Ypres*), Ísara (*Isère*), Iucão (*Yukon*), Jenissei (*Ienisseisk*), Jérsia (*Jersey*), Jibuti (*Djibouti*), Jórgia (*Georgia*), Lauduno (*Laon*), Lausana (*Lausanne*), Leida (*Leiden*), Leódio (*Liège*), Líger (*Loire*), Lila (*Lille*), Limburgo do Lano (*Limburg an Lahn*), Línzia (*Linz*), Lincónia (*Lincoln*), Linguadoque (*Languedoc*), Liorne (*Livorno*), Lipa (*Lippe*), Lípara (*Lipari*), Listenstaina (*Liechtenstein*), Liverpool (*Liverpool*), Loengrim (*Lohengrin*), Lubeque (*Lubeck*), Luca (*Lucques*), Lução (*Luzón*), Lucena (*Lutzen*), Lurdes (*Lourdes*), Madeburgo (*Magdeburg*), Madrasta (*Madras*), Mainelândia (*Mainland*), Marna ou Mátrona (*Marne*), Medelim (*Medellin*), Métis (*Metz*), Michigão (*Michigan*), Monastério (*Münster*), Narvique (*Narwick*), Nebrissa (*Nebrija*), Nimega (*Nijmegen*), Norcopinga (*Norrköping*), Nortúmbria (*Northumberland*), Nórvico (*Norwich*), Nova Jérsia (*New Jersey*), Oaio (*Ohio*), Oregão (*Oregon*), Ostenda (*Ostende*), Oxónia (*Oxford*), Palença (*Palencia*), Perpinhão (*Perpignan*), Plasença (*Plasencia*), Plescóvia (*Pleskov*), Plimude (*Plymouth*), Porto Magão (*Puerto Mahón*), Porto Real (*Port-Royal*), Prata (*La Plata*), Quília (*Kiel*), Ratisbona (*Ratisbonne* ou *Regensburg*), Rebate (*Rabá* ou *Rabat*), Reiquejavique (*Reykjavik*), Remos (*Reims*), Rossilhão (*Roussillon*), Sabrina ou Severno (*Severn*), Salisbúria (*Salisbury*), Salmário (*Saumur*), Santomer (*Saint-Omer*), São Clodoaldo (*Saint-Cloud*), São Remígio (*Saint-Remy*), Sascachevão (*Saskatchewan*), Savo (*Save*), Saxónia-Altemburgo (*Saxe-Altemburgo*), Saxónia-Coburgo-Gota (*Saxe-Coburgo-Gota*), Saxónia-Meininga (*Saxe-Meininga*), Saxónia-Veimar (*Saxe-Veimar*), Sena (*Sienna*), Soma (*Somme*), Sona (*Saône*), Suessião (*Soissons*), Teguantepeque (*Tehuantepec*), Tenessi (*Tennessee*), Teotiguacão (*Teotihuacán*), Tréveros (*Trèves*), Treviso (*Trevisio*), Tribúria (*Tribur*), Trípolis (*Tripoli*), Truxilho (*Trujillo*), Tubinga (*Tubingen*), Tulono (*Toulon*), Turena (*Turenne*), Túrones (*Tours*), Ulma (*Ulm*), Upsália (*Uppsala*), Valésia (*Valois*), Valeta (*La Valette*), Vecta ou Véctis (*Wight*), Vendéia (*Vendée*), Vercelas (*Vercell*), Veroduno (*Verdun*), Vestefália (*Westphalia*), Vicência (*Vicenza*), Vinipegue (*Winnipeg*), Vintemilha (*Vintimiglia*), Vormácia ou Vórmia (*Worms*), Vosgos (*Vosges*), Vratislávia (*Breslau*), Xaém (*Jaén*), Zonte (*Sund*), etc.

A grafia que está entre parênteses ainda é a mais comum tanto em livros didáticos e históricos quanto na imprensa em geral. Os aporuguesados oferecem, quando não aspectos esquisitos e, mesmo, rebarbativos, aparência ridícula, extravagante ou grotesca. Há topónimos que não podem nem devem ser modificados. A lista que eu pudera apresentar de tais nomes seria tão grande, que encheria um alentado volume. Quem quiser ver até onde vai esse número dê uma vista de olhos ao *Atlas* de STIELER, que tem cerca de trezentos mil, ou ao

*Dictionnaire des Bureaux de Poste*. Se não for possível encontrar facilmente essas obras, veja-se o *Guia Postal Internacional*. Creio que não é admissível apontar topónimos como estes: *Aisne, Alençon, Auteuil, Belleville, Bellevue, Bilston, Birkenfeld, Birmingham, Buckingham, Buenos Aires, Carlowitz, Carlsbad, Carlsruhe, Civitavecchia, Clarendon, Dijon, Évreux, Fiesoli, Frankenstein, Greenwich, Holstein, Illinois, Joinville, Kannstadt, Liverpool, Maine, Newhaven, Oise, Poitiers, Poitou, Portland, Portsmouth, Saint-Étienne, Saint-Gall, Sedan, Sedlitz, Southampton, Sucre, Sydney, Villeneuve, Washington, Windsor, Zanesville* e quase todos os que acima se acham entre parênteses. Quando se usar qualquer desses nomes em livros escolares, é de toda a conveniência acrescentar em seguida, entre parênteses, a sua pronúncia aproximada. O mesmo se deverá fazer em léxicos e vocabulários.

II. Os topónimos oriundos de línguas em que não se utilizam os caracteres latinos nem gregos serão escritos de conformidade com a pronúncia originária. Exceptuam-se os que já estão, há muito, apontados e ainda hoje em voga. Convém que, em livros didácticos, se indique a pronúncia aproximada de cada um deles, a qual deverá ficar entre parênteses. Esse é um dos mais difíceis problemas ortográficos, não só por causa do grande número de nomes dessa espécie (no citado *Atlas* de STIELER, a grande maioria dos trezentos mil alfabetados pertence a essa classe), mas também porque a transcrição ou a transliteração de muitos deles depende do conhecimento de várias línguas e de suas particularidades prosódicas. Felizmente, não são mui numerosos os nomes geográficos dessa natureza que utilizamos, mesmo no ensino da Geografia e da História Geral, e GONÇALVES VIANA já organizou um quadro geral e um resumo que auxiliam enormemente a quem deseje transcrever esses topónimos. (Cf. a *Ortografia Nacional*, p. 255-257 e 272-273.)

III. O restabelecimento da nomenclatura portuguesa empregada pelos escritores do período áureo da nossa literatura só é aconselhável quando não vai de encontro ao uso corrente. Não há por que restabelecer a antiga tradição das transcrições de portuguesas que perderam a voga entre nós. Sabe-se qual era o processo de apontuguesamento a que os antigos escritores submetiam os nomes peregrinos. "Bastava" — diz SAID ALI — "que a pronúncia ou a escrita causasse estranheza, para ser irremissivelmente alterado o vocábulo: traduziam-no por um termo adequado, se lhe penetravam sem custo o sentido; ou então, o que era mais comum, substituíam instintivamente por sons e letras mais familiares o que ele tivesse de exótico e, assim estropiado, transplantava-se o termo para a nossa língua." (Cf. as *Dificuldades da Língua Portuguesa*, p. 256-7.)

Em não sendo, pois, consagrados pelo uso geral, tais apontuguesamentos não podem nem devem ser tomados em consideração.

Veja-se, por exemplo, esta breve lista de nomes geográficos encontrados em autores antigos, e reflita-se um pouco em a possibilidade actual da ressurreição deles: Cansim, Cordão, Elva, Gaula, Lencastre ou Lencastro, Lovanha, Maçua, Malucas, Manchestre, Mecom, Meioterraneo, Neapol, Nimpó, Odiana, Pleamua ou Preamua, Piteus ou Piteus, Purlão, Quansim, Quicheu, Sanagá, Sancim, Tanarife ou Tanarifa, Turquimães, Tutuão, Xexuão, Zara, Zinzibar.

Outros, todavia, consagrados pelo uso antigo e moderno, sofreram apontuguesamentos razoáveis, e neste caso presumo estarem os seguintes, além de alguns mais: Albion, Amsterdão, Antuérpia, Argel, Argélia, Balcãs, Basileia, Berna, Bolonha, Bombaim, Bordéus, Borgonha, Cantuária, Colónia, Cornualha, Cracóvia, Curdistão, Deli, Deva, Dófar, Dresda, Dublin, Dunquerque, Edimburgo, Escalda, Escócia, Escutári, Eslávia, Espanha, Esclavónia, Eslováquia, Esmirna, Esparta, Espoleto, Estalinegrado, Estocolmo, Estónia, Estrasburgo, Evereste, Fartaque, Filadélfia, Florença, Florida, França, Frísia, Garona, Genebra, Génova, Gibraltar, Guiana, Guiana, Haia, Helsínquia, Helvécia, Herzegovina, Himalaia, Hungria, Iena, Indostão, Iocoama, Iorque, Irã, Iraque, Ispaã, Istambul, Ítaca, Iucatão, Jugoslávia, Jalofo, Jánina, Java, Jutlândia, Ládoga, Leão (Espanha), Leninegrado, Lião (França), Liorne, Lípsia, Lituânia, Livónia, Locarno, Lombardia, Londres, Lovaina, Luca, Lucerna, Luçom, Macáçar, Madagáscar, Maiorca, Manchúria, Marselha, Milão, Mogúncia, Molucas, Mompilher, Mosa, Moscou, Munique, Nangasaque, Nanquim, Normândia, Noruega, Nova Escócia, Nova Iorque, Nurembergue, Oiapoque, Odessa, Onega, Osla, Óstia, Otava, Pádua, Palença, Palermo, Paraguai, Pensilvânia, Pequim, Pérsia, Perúcia, Petrogrado, Provença, Prússia,

Quíloa, Quioto, Rivoli, Roçalgate, Ródano, Roménia, Roterdão, Ruão, Rubicão, Rur, Rússia, Sagunto, Salisburgo, Salonica, Sanduíche, Saragoça, Saxónia, Segóvia, Sena (França), Senegal, Senegâmbia, Serajevo, Sérvia, Sevilha, Sevres, Sião, Sibéria, Sicília, Sidónia, Siquém, Síria, Sófia, Sorbona, Sorrento, Suaquém, Sudão, Suécia, Suez, Suíça, Tamisa, Tanganhica, Tânger, Tasmânia, Tchad, Tchechoslováquia, Teerã, Tegucigalpa, Tenerife, Tessalonica, Tibete, Tibre, Tigre, Timor, Tiro, Tirol, Tirreno, Titicaca, Tivoli, Toledo, Tolosa, Tomboctu, Tonquim, Tôquio, Tordesilhas, Toronto, Toscana, Trafalgar, Traição, Transilvânia, Trento, Trieste, Tróia, Tulherias, Tumucumaque, Tunísia, Turim, Turingia, Turquestão, Turquia, Ucrânia, Úmbria, Uruguai, Valáquia, Valhadolid, Valparaíso, Varsóvia, Véneto, Veneza, Venezuela, Verona, Versalhes, Viena, Virgínia, Vistula, Vitória Nianza, Vladivostoque, Volga, Vouga, Xangai, Xiraz, Zaire, Zambeze, Zanzibar, Zelândia, Zézere, Zuiderzê, Zurique.

Ainda a propósito de topónimos, nota-se que o Dr. VASCO BOTELHO aconselha a forma "Salisburgo" (de SALZBURG), que o "Vocabulário Onomástico" de 1943 apontou também assim. A esse respeito, não é para desprezar a observação de SAIB ALI, que destarte chama a atenção dos estudiosos: "Os nomes terminados em *-burgo*. — Muito digna de aplausos é, do ponto de vista da simplificação, a proposta de G. VIANA quanto ao uso da forma portuguesa *-burgo*, que põe termo à hesitação entre o alemão *burg*, o francês *-bourg* e o inglês *-burgh*. Naturalmente com a condição de não sofrer mudança profunda a primeira parte dos respectivos nomes próprios. O apontuguesamento da parte final já se pratica com os vocábulos *Hamburgo*, *Magdeburgo*, *Luxemburgo*, *Limburgo*, *Edimburgo*, *Friburgo*, *Strassburgo*, *S. Petersburgo*. Vacila-se, às vezes, ante nomes conspícuos, mas parece que a relutância poderá vencer-se, tratando-se de nomes de cidades e países." (Em nota: "Custará talvez mais para os nomes escandinavos: *Uleaborg*, *Sveaborg*, etc.") E continua: "É entretanto conveniente uma restrição quanto a *Wartburg*, *Königsburg* e outros, frequentes na Alemanha e Áustria, em que *Burg* se limita a designar "castelo". Nós não usamos hoje o termo *burgo* significando uma edificação isolada, e a romanização desses nomes teutónicos inevitavelmente havia de sugerir a ideia de cidade, província ou país. Em se tratando de cidades inglesas, o apontuguesamento tem de cingir-se à terminação *-burgh*. Vocábulos formados com as variantes *-borough*, *-bury* (originariamente o mesmo que "burgo") conservam-se intactos: *Queenborough*, *Scarborough*, *Marborough*, *Queensbury Shrewsbury*, *Salisbury* e outros. Para um desses nomes, *Canterbury*, existe uma romanização à parte assaz conhecida, mas dispensável hoje em dia. O idioma inglês não é, como outrora, livro de sete selos para os povos que falam o português. Tantos nomes da Grã-Bretanha somos forçados a escrever como lá se escrevem; e *Canterbury* é seguramente um daqueles cuja escrita nos causa menos embaraços. Nada perdemos portanto em abrir mão de *Cantuária*, como não se perdeu em votar ao esquecimento a velha *Conturbe*, mencionada na Demanda do Santo Graal." (*Dificuldades da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 273-4.)

Não resta a menor dúvida de que vários topónimos dessa espécie tem de escrever-se com os caracteres originários, mas alguns dos citados por SAIB ALI já estão apontuguesados. "Cantuária", por exemplo, é forma bastante usada; e creio que não há relutância dos estudiosos e dos que têm verdadeiro amor à Língua em escreverem *Cherburgo*, *Coburgo*, *Estrasburgo*, *Gotemburgo*, *Habsburgo*, *Harrisburgo*, *Helsimburgo*, *Limburgo*, *Oldemburgo*, *Petersburgo*, *Pitsburgo*, *Salisburgo*, *Viburgo*, etc.

O filólogo BOTELHO DE AMARAL prefere a terminação "berga" a "bergue" no apontuguesar topónimos alemães que finalizam em "berg", e, pois, escreve e manda escrever "Nuremberga". (V. p. 139.) Releva atender ao ensinamento de SAIB ALI, bem que nem sempre lhe assista razão. Eis as suas textuais palavras: "Württemberg, Nürnberg, Heidelberg, Königsberg, etc. — Sugere a *Ort. Nacional* o alvitre de apontuguesar esses vocábulos, substituindo *-bergue* a *-berg*, e para que não pareça novidade a ideia de alterar nomes alemães, diz que "o uso espanhol é acrescentar-lhes a ficando feminino". Seria um exemplo, que estamos desobrigados de seguir. Mas este mesmo precedente não tem as proporções que o autor julga. *Berg*, em português "monte", entra na formação de muitíssimos nomes de localidades alemãs; entretanto, dos livros geográficos e mapas espanhóis não se conclui haver tal predilecção para alterar a escrita teutónica. "Nuremberga", em que naturalmente pensou G. VIANA, parece-me caso único.



O ilustre fonetista compreende o perigo da inovação limitada à parte final dos nomes quando pondera: "É conveniente também que, todas as vezes que se romanizem as terminações, o primeiro elemento do vocábulo perca as suas feições germânicas." E, de acordo, escreve "Nurimbergue" e deforma o alemão Württemberg em "Vurtembergue", ajeitamento este a que ainda não se abalçou nem o espanhol com a sua facilidade simplificadora nem o italiano com a sua irreverência a bastantes nomes estrangeiros." Na página seguinte: "A língua alemã ensina-se hoje em dia nos colégios. Não carecemos de aportuguesamentos discutíveis dos nomes dessa língua: tanto dispensamos o "Nurimbergue" de G. VIANA como a "Nurumberga" de JOÃO DE BARROS (Dec. 3, 2, 7)." (*Dif. da L. P.*, 270-2.)

A lição de GONÇALVES VIANA é esta: "Em português parece-me que bastaria acrescentar -ue ao g, terminando-os em -bergue." (*Ort. Nac.*, p. 244).

Quanto à terminação "bergue", quero crer que é muito mais aceitável que "berga", não só por ser conforme à índole do nosso idioma, senão ainda por mais semelhante à pronúncia originária. "Nurembergue" e "Vurtembergue" estão mais próximas de "Nürnberg" e "Württemberg" do que "Nuremberga" e "Vurtemberg".

P. 140: "Deve usar-se em nossa língua a forma *Antuérpia*. GONÇALVES VIANA afirmou algures que a grafia *Anvers* foi empregada por DAMIÃO DE GÓIS. Nós também a encontramos em GIL VICENTE, *Obras*, I, pág. 48 da ed. de 1907."

Não se deve ocultar que o mesmo GONÇALVES VIANA considerava autorizada a forma "Anvers", como se vê do seguinte passo da *Ortografia Nacional* (p. 234): — "Conviria, além disso, que, entre parêntese, nos casos necessários, se indicassem nos mesmos compêndios as denominações nacionais, conforme a ortografia própria de cada uma das nações que se servem do alfabeto romano ou do gótico, todas as vezes que a identificação às formas aportuguesadas não seja evidente, ou quando haja mais de uma denominação autorizada, como acontece, por exemplo, com *Antuérpia* e *Anvers*."

Esmiçador e pontilheiro em matéria ortográfica, especialmente quando tratava de nomes próprios locativos, não era possível que o incomparável foneticista deixasse escapar esta última forma. Não há dúvida, contudo, que a palavra "Antuérpia" é bem aceita, conquanto alguns, quando a empregam na escrita, costumem pôr entre parênteses a forma estrangeira. Haja vista disso na seguinte passagem da *Queda do Império* (II, 418) de RUI BARBOSA: "*Antuérpia* (*Anvers*), cidade que, na municipalidade não tem nem um vereador clerical, vê clericais, nas eleições parlamentares, todos os sete representantes do distrito."

Por aí se vê que o exemplo de RUI está em harmonia com uma das disposições da Conferência de Geografia de 1926, visto que ele indicou a forma originária entre parênteses, deixando de seguir o conselho de GONÇALVES VIANA, que preferia ficasse entre parênteses a denominação portuguesa. De "genuinamente" nacional classifica XAVIER FERNANDES a forma "Antuérpia", como se pode ver à página 49 dos *Topónimos e Gentílicos* (vol. I, ed. de 1941): "A muitas pessoas custa dizer *Antuérpia*, talvez porque achem mais distinto empregar *Anvers*, se bem que seja aquela a forma genuinamente portuguesa."

"Convém advertir que propriamente a terminação "vernácula" é -landa, e não -lândia." (P. 140).

A base LI manda se escreva "Jutlândia". O Dr. VASCO BOTELHO, porém, prefere "Jutlanda", como dá primazia a "Filanda" e "Zelanda", isto é, perfilha a terminação "landa".

Ouçamos os mestres:

"Que os nossos antepassados, quando nacionalizavam nomes geográficos, eram não raro desajeitados e mais ignorantes do que o somos hoje, vê-se já no que fizeram com um termo germânico, componente de muitos nomes, que hoje figura em nossa língua com essas variantes: -terra, -landa, -lândia, -land. Só uma vez acertaram com o significado: foi quando fizeram de *England* *Inglaterra*. Mas ainda assim a glória de descobrir a tradução não cabe directamente aos Lusitanos, senão aos Normandos conquistadores daquele país. Ao lado do nome *Inglaterra* aparecem incoerentemente *Irlândia*, *Islanda* (mais tarde *Islândia*), *Holanda*; e do neerlandês *Zeeland*, em que hoje nos aparecem conspícuos os

elementos *Zee* "mar" e *land* "terra", arranjou-se simplesmente *Zelanda* (ou *Zelândia*). — "Nós hoje, como outros povos latinos, já não nos afligimos com a nacionalização dos compostos de *-land*, que pouco a pouco vêm surgindo; reproduzimos fielmente *Bechuanaland*, *Damaraland*, e o próprio *hinterland*, termo hoje quase internacional, a que os quinhentistas chamariam "sertão", já se usa sem escrúpulo. Ainda quando se tentasse expungir dos nossos compêndios geográficos modernismos, v. g. suprimindo a sílaba *-land* nos nomes próprios, ou empregando expressões como *Terra de Damara*, etc., não acredito que, de um modo qualquer, se conseguisse achar para a colônia de *Queensland* (na Austrália) denominação portuguesa com probabilidades de ser geralmente aceita. É pena não terem tido os Ingleses motivo para criar o nome *Queensland* ou ainda *Kingsland* ao tempo em que se começou a traduzir o teutónico *Zeeland* por *Zelanda*." (SAID ALI: *Dificuldades da Língua Portuguesa*, p. 250 e 251.)

Quanto a este último, GONÇALVES VIANA assevera, e é verdade, que "já escrevem *Zelândia* por *Zeeland*". (*Ort. Nac.*, p. 244.)

E no que toca a "hinterland", que alguns empregam sem escrúpulo, já existe quem escrupulosamente lhe dá feição vernácula, — exemplo que, felizmente, vai frutificando e, por isso mesmo, o adopta o "Pequeno Vocabulário Ortográfico" da Academia Brasileira de Letras. Posso, agora mesmo, registrar aqui a forma portuguesa do germanismo de que se trata, copiando a seguinte passagem da oração gratulatória de D. AQUINO CORREIA, Arcebispo de Cuiabá e um dos mais fúlgidos ornamentos da Academia Brasileira de Letras, por ocasião do "baptismo cultural" de Goiânia, capital do estado de Goiás: — "Os que hoje galgamos estas majestosas eminências da *hinterlândia* brasileira, temos a impressão salutar de que nos elevamos e engrandecemos." (Cf. a *Revista Brasileira de Estatística* de Julho a Setembro de 1942, p. 519.)

De então para cá, não há mister de consignar o vocábulo em itálico "*hinterland*", como o fez GONÇALVES VIANA, traduzindo-o em seguida por "sertão" (*Voc. Ort. e Rem.*), pois que a pena maravilhosa do vernaculíssimo antístite possui o condão de transformar em ouro de lei um pechisbeque de tal natureza.

O exímio ortografista ANTÔNIO DA COSTA LEÃO, a quem não passam despercebidas essas coisas, fez esta nota à página 167 do seu preciosíssimo *Prontuário de Ortografia* (ed. de 1946): — "A terminação *land* tinha antigamente, em português, a forma *-landa*. Hoje é vulgar a terminação *-lândia*: *Finlândia*, *Gotlândia*, *Zelândia*, etc."

Nos seus *Topónimos e Gentílicos* (I, 37), escreve lúcidamente o insigne mestre I. XAVIER FERNANDES: — "*Landa* e *lândia* — são as duas formas usadas em português e correspondentes ao teut. *land*, que significa *terra* — *Alanda*, *Auclanda*, *Damaralanda*, *Falclanda*, *Holanda*, *Irlanda*, *Jemtlanda*, *Namaqualanda*, *Niassalanda*, *Nordlanda*, *Setlanda*, *Smalanda*, *Svealanda*; *Bassutulândia*, *Botalândia*, *Cabolândia*, *Curlândia*, *Gotlândia*, *Gricualândia*, *Gronelândia*, *Heligolândia*, *Insulilândia*, *Islândia*, *Jutlândia*, *Lalândia*, *Namalândia*, *Neerlândia*, *Olândia*, *Queenslândia*, *Suazilândia*, *Xetlândia*, *Zelândia*, *Zululândia*; é de notar ainda que noutros topónimos aparece o elemento *land* inalterado: *Cumberland*, *Portland*, *Sunderland*, etc.; também em vários outros, como em alguns dos já registados, aparecem formas duplas (em *land* e em *landa* ou *lândia*): *Cleveland*, *Maryland*, *Northumberland*, etc."

A não ser em Holanda e Irlanda, que são formas consagradas pela pronúncia geral, no Brasil se prefere sempre a terminação "lândia", excepto nalguns topónimos que se usam com a forma original: ilhas de *Aland*; *Auckland* (capital da Nova Zelândia); ilhas *Falkland* (ou, melhor, Malvinas); etc.

Ninguém pronuncia, entre nós, "Gronelândia", senão *Groenlândia*, e temos a vila de *Marilândia* e a cidade de *Cleavelândia*. Outras vilas e cidades há no Brasil que têm a mesma terminação, na verdade mais eustômica e mais bela; eis aqui os nomes de algumas delas: *Andrelândia*, *Babaçulândia*, *Buenolândia*, *Cafelândia*, *Geolândia*, *Hidrolândia*, *Joselândia*, *Lagolândia*, *Mirassolândia*, *Nhecolândia*, *Nipolândia*, *Orlândia*, *Rolândia*, *Sodrelândia*, *Uberlândia*.

Tocante a outros nomes geográficos, a opinião do Dr. VASCO BOTELHO não se coaduna com a dos relatores das "Bases", e é pena que assim aconteça! Às vezes me parece que ele discorda pelo só prazer de discordar. Vou dar um exemplo: A base LI ordena se grafe "Mompilher", forma antiga, mas vigente, em

lugar de "Montpellier"; ele afirma (p. 140 dos *Estudos Críticos*) que Fr. Luís DE SOUSA "apresenta a escrita *Mompelher*", "mas preferível será *Mompilher* ou *Mompilher*".

Creio que o melodioso autor da *Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires* tenha escrito "Mompelher", pois eu mesmo citei na revista lisbonense *A Língua Portuguesa*, vol. III, fasc. IX, p. 422, um exemplo dele, no qual se lê "Mompelher"; mas não ponho dúvida em que ele escrevesse também "Mompilher", como vejo na *História de São Domingos*, 1.<sup>a</sup> parte, liv. 1.<sup>o</sup>, cap. II: "Entraram ambos a pé por *Mompilher*." *Mompilher* é como grafa o Dr. CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (*Novo Dicionário*, 6.<sup>a</sup> ed., II, *Apenso Geográfico*), XAVIER FERNANDES (*Topónimos e Gentílicos*, I, 68), MÁRIO BARRETO (*Factos da Língua Portuguesa*, p. 253) e, em geral, os Brasileiros, visto como esta grafia está de acordo com a pronúncia. Em Portugal, tanto faz escrever com "e" quanto com "i": a pronúncia é a mesma; porém no Brasil não é assim, como o tenho demonstrado várias vezes no discurso desta resposta. A base LI quer que se escreva "Mompilher", e a Conferência Interacadémica de Lisboa não consente que uma só e mesma palavra tenha dupla forma gráfica. Entretanto, desde o princípio até o fim, insiste o Dr. BOTELHO DE AMARAL em conservar as grafias duplas. E isso em nome da UNIDADE REAL LUSO-BRASILEIRA! Pobre UNIDADE, se os relatores das "Bases" estivessem imbuídos das ideias do intransigente aristarco!

Em conclusão: Bati-me indefessamente pelas normas estabelecidas na Conferência de Geografia de 1926, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aprovadas pelo Directório Central do Conselho Nacional de Geografia em 20 de Maio de 1940 (resolução n.<sup>o</sup> 63) e pela Assembleia Geral do mesmo Conselho a 25 de Julho de 1941 (resolução n.<sup>o</sup> 98); essas normas, ressalvados os princípios estatuidos pela Conferência Interacadémica de Lisboa, foram consagradas, primeiramente, pelo decreto-lei n.<sup>o</sup> 5.186, de 13 de Janeiro de 1943, e, posteriormente, pelo decreto-lei n.<sup>o</sup> 8.286, de 5 de Dezembro de 1945; por conseguinte, não só aos Brasileiros, mas também aos Portugueses impende respeitá-las e praticá-las a bem da unidade ortográfica e linguística dos dois países de língua portuguesa, — elo que mais e mais os liga e irmana para cumprirem os seus gloriosos destinos."